

Desagregação da organização social e produtiva do assentamento Carlos Marighela-RS: um estudo de caso

Sérgio Botton Barcellos¹

Este trabalho visa analisar as principais características da implementação e desagregação do sistema coletivo de organização social e produtiva no Assentamento Carlos Marighela, localizado em Santa Maria no Rio Grande do Sul. O assentamento estudado foi formado entre os anos 1998/2002 no estado, junto ao programa para criação de assentamentos, denominado “Novo Modelo”. A partir disso, são analisados os elementos que influenciaram na organização coletiva dos assentados e as possíveis causas dos conflitos que levaram ao processo de desagregação do sistema coletivo de organização social e produtiva neste caso. Desse modo, este estudo analisa e problematiza os processos sociais e locais como trajetória social, condições de organização e infraestrutura, bem como as demais sociabilidades relativas ao assentamento, sendo esses fatores essenciais na elucidação das questões de pesquisa.

Assentamento; Projeto Coletivo; Desagregação; Organização Social e Produtiva.

¹ Especialista em Educação Ambiental. Mestrando do CPDA/UFRRJ. Endereço eletrônico: sergiobbarcellos@hotmail.com.

Introdução

O presente artigo trata do processo de desintegração nos aspectos relativos à gestão do trabalho e da terra, em um assentamento organizado de forma coletiva que foi considerado “modelo” pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na região central do Rio Grande do Sul (RS), o assentamento Carlos Marighela. Localizado no município de Santa Maria, trata-se de um assentamento implantado oficialmente no ano de 2000 por um conjunto de 25 famílias provenientes de variados locais do RS.

Desde o seu início, esse assentamento foi pensado como um espaço para a realização de uma experiência em gestão coletiva (organização social e uso da terra), por meio da formação de uma cooperativa de produção agropecuária (CPA) e tendo suas atividades produtivas baseadas nos princípios da agroecologia. Além disso, vale destacar que a área onde foi instalado o assentamento se localiza na periferia da cidade de Santa Maria e que, em função desta localização “privilegiada” (devido à proximidade com o centro urbano), houve naquele período disputa entre grupos de “sem-terras” do estado para serem assentados nessa área.

A direção estadual do MST-RS na época interferiu nesse processo, optando por direcionar para essa área um grupo de acampados que poderiam construir ali um “assentamento modelo”. Como nesse período já existiam avaliações críticas às experiências anteriores² de assentamentos coletivos (aos moldes de CPAs) e um dos elementos que era identificado na época como causador de desagregação destas experiências coletivas por parte da própria direção do movimento era o “baixo” nível de consciência dos assentados, optou-se em constituir esse assentamento com acampados considerados de “consciência” mais elevada. Diante disso, acreditou-se que essa área reformada poderia ser de fato um “assentamento modelo” no RS.

² Entretanto, ainda na década de 1990, esse modelo começa a ser questionado pelo próprio MST por esgotar os recursos naturais (erosão, compactação do solo, desmatamento, contaminação de riachos), desorganizar os laços de solidariedade entre os assentados e causar um forte endividamento dos mesmos, além desses agricultores deixarem de produzir na propriedade gêneros alimentícios básicos, como manteiga, pão, feijão, arroz etc. (MARTINS, 2004), comprometendo ainda mais a renda dos assentados.

Contudo, mesmo tendo certo sucesso em seus primeiros anos³, no ano de 2006, depois de ter atravessado uma crise, esse assentamento passou por uma reestruturação profunda, inclusive com a desintegração de seu sistema de organização social e de produção agropecuária coletiva.

Todavia este artigo não tem como proposta esgotar a análise dos aspectos que desencadearam o processo de implantação e desagregação do sistema produtivo do assentamento Carlos Marighela em Santa Maria-RS, mas procura elucidar questões fundamentais a esse processo específico. A problemática abordada desdobra-se em algumas questões que serão tratadas no decorrer do artigo: a) assentamentos como espaços de reprodução e interação social; b) contextualização do Assentamento Carlos Marighela; c) algumas questões marcantes em relação à desagregação coletiva do assentamento.

Os dados para essa pesquisa foram coletados a partir de observação participante e anotações de campo, no período de 2005 a 2006, o que permitiu levantar algumas questões comuns a outras experiências pesquisadas em estudos acadêmicos elaborados anteriormente (BECKER, 1999). Da mesma forma, neste artigo, o que norteou essa pesquisa foi uma análise qualitativa e descritiva, em virtude de o objeto pesquisado ser histórico, contraditório e marcado por conflitos sociais (DEMO, 1995), buscando compreender como se deu a constituição e desagregação da organização social e da produção coletiva no assentamento Carlos Marighela.

Assentamentos como espaços de interação e reprodução social

Dependendo dos agentes sociais que interagem nos assentamentos, esse espaço em si pode passar a ter vários significados e formas de vivência. Neste sentido, Carvalho (1999) aponta que para as famílias assentadas tende a ser um espaço em que se abrem possibilidades para a

³ Destaca-se que o Assentamento Agroecológico Carlos Marighela era reconhecido inclusive em nível internacional, tendo recebido visitas de grupos de estudantes de vários locais do Brasil, Argentina, Uruguai e até visitantes do Canadá, durante edições da Feira Nacional do Cooperativismo e Economia Solidária em Santa Maria.

objetivação de seus projetos de vida. Para as instâncias governamentais tende a ser um conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural adquirido pelo Estado (pelo expediente da compra ou desapropriação), com a finalidade de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma agrária.

Os assentamentos também podem ser compreendidos como um espaço social onde se enfrentam diversos interesses específicos em jogo, constituindo um *campo de forças*, onde a posição dos agentes e grupos é definida pelas suas capacidades de organização social, econômica e política, determinando disputas e hierarquias internas. Dessa forma o *campo social* passa a ser definido pelas posições que os agentes ocupam no espaço social, segundo os diferenciais de poder entre os agentes sociais presentes (BOURDIEU, 1989, p. 133-135).

Com esse foco de análise, parte-se do princípio de que o estudo da organização social e produtiva nos assentamentos, além de considerar a dimensão e viabilização econômica, deve assinalar as relações sociopolíticas entre os agentes sociais envolvidos. Sob essa perspectiva a ação dos movimentos sociais não deve ser analisada somente a partir das contradições estruturais em que ela se insere, mas requer também ser considerada, segundo Melucci (1989, p. 793), a partir de “uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, dentro de um sistema de oportunidades e de coerções”.

Devido a esta complexidade de dinâmicas sociais, várias propostas de viabilização dos assentamentos são elaboradas, principalmente pelos mediadores, como o MST. No entanto, a própria dinâmica interna dos assentamentos é, em si mesma, um desafio para a materialização de propostas, como as coletivizadoras, considerando se tratar de um espaço social onde os agentes e grupos são definidos pelas suas *posições relativas*, podendo os interesses que daí resultam ser contraditórios e conflituosos (BOURDIEU, 1989, p. 134). Assim, torna-se possível compreender por que as relações e interações sociais mantidas em um assentamento constituído para ser modelo de produção e organização social podem acabar por se desenvolver no sentido de afirmação das perspectivas da produção familiar e individual. Assim, a opção por um determinado tipo de organização social e sistema de produção faz parte dessas situações de enfrentamentos e disputas por projetos e rumos no

interior dos assentamentos, sendo características inerentes a esse campo social.

Corroborando essa perspectiva, Zimmermann (1994, p. 205) descreve que os assentamentos rurais em relação às suas dinâmicas sociais são considerados “(...) um espaço de relações sociais onde as características heterogêneas individuais, homogeneizadas no processo de luta pela terra, ressurgem em novas bases. No cotidiano desses espaços, diferentes formas organizativas de produção agropecuária e social são criadas e recriadas, numa dinâmica rica de situações, impasses e enfrentamentos”. Da mesma maneira, Ferrante (1994) parece identificar processos parecidos, quando afirma que, no processo de luta pela terra, “todos os demandantes” se põem como iguais, mas isso não implicaria “ver na terra o mesmo projeto”.

A discussão quanto aos sistemas de organização da produção⁴ em assentamentos rurais do MST teve início a partir de 1986, segundo Fernandes e Stédile (1999), devido ao aumento do número de assentamentos e à necessidade de viabilizá-los econômica e socialmente. Assim, a organização da produção surge nos assentamentos de reforma agrária no Brasil como um fator determinante para a permanência do trabalhador assentado na terra. O MST entendia que desenvolvendo uma proposta alternativa de (re)organização da produção, fundamentada na cooperação e, posteriormente, na consolidação da cooperativa como forma específica de formação política, favoreceria a viabilização socioeconômica dos assentamentos. Porém, com o passar dos anos o modelo de coletivização baseado nas CPAs tem enfrentado variados conflitos sociais e dificuldades econômicas.

No entanto, a organização coletiva da produção resiste, sendo uma alternativa acionada na organização de grupos de assentados ou em assentamentos, tanto por razões econômicas como político-ideológicas. Do ponto de vista da sustentabilidade econômica, a gestão coletiva por meio das CPAs permite “juntar ou somar esforços de cada agricultor individual para fazer coisas em conjunto” (SCARIOT, 2003, p. 58),

⁴ Sistema produtivo nos assentamentos se refere às estratégias e opções de produção agropecuária por parte dos assentados, equipe de assistência técnica e coordenação política no MST.

revelando uma profunda crença na divisão social do trabalho como princípio organizacional da produção nos assentamentos.

Para o MST, o processo de formação de CPAs foi difundido como forma de superar o modelo tradicional de produzir do camponês (o trabalho individual familiar), já que esta forma de pensar e agir era considerada um obstáculo para a consolidação dos assentamentos como espaço diferenciado de produção e vivência, objetivando a superação da lógica do sistema capitalista. A produção e organização social coletiva nos assentamentos foi proposta como ideal pelo MST no final dos anos 1980, a partir da crença da possível construção de um germen “socialista” no campo e uma outra forma de organizar a produção primária, utilizando para isso atividades e rituais (místicas, debates políticos) com o objetivo de mudar o comportamento do tipo “individualista” para uma consciência organizativa coletiva.

Esta perspectiva de organização coletiva da terra nos assentamentos se apoiaria em argumentos de ordem tecnológica, econômica, social e moral. No campo tecnológico, o esforço contemplaria equacionar as necessidades e meios disponíveis para viabilizar as unidades produtivas, em função da inadequação do modelo preconizado pela chamada “modernização conservadora da agricultura.” Em termos econômicos, a organização coletiva permitiria acumulação de capital, superação das limitações de escala, redução dos custos de investimentos e também maior acesso a serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) externos (MELGAREJO, 2000).

Sob esse aspecto, Vêras (2005) aponta que a constituição das cooperativas para o MST representava a busca de condições para uma suposta revolução social, mesmo que atreladas ao desenvolvimento econômico nos moldes capitalistas modernos e às transformações das relações sociais no campo. Com essa matriz tecnológica moderna adotada nas cooperativas foi necessário estabelecer novas relações de

⁵ Conforme Carvalho (1999), a pretensão final da coletivização era a ressocialização das pessoas para a construção do chamado “homem novo,” de inspiração socialista, expressa pelos novos valores que a prática social coletiva iria desenvolver e consolidar, superando os valores hegemônicos na ordem capitalista. Deveria, portanto, ocorrer uma revolução nas práticas sociais e na concepção das pessoas envolvidas naquela nova experiência social.

trabalho no campo, tais como: racionalização de métodos; especialização de tarefas; utilização de máquinas e insumos químicos; agroindustrialização e integração no mercado. Essa concepção foi estimulada e implementada em muitos assentamentos coordenados politicamente pelo MST. Constata-se, desse modo, que a partir da formação das CPAs, o MST essencialmente materializa suas concepções de trabalho coletivo e organização da produção.

Estudos de Scopinho e Martins (2003) descrevem que algumas formas de organização produtiva difundidas nos assentamentos de reforma agrária organizados pelo MST (como por exemplo, as CPAs), enfrentam duas ordens de dificuldades: de um lado, dificuldades econômicas relacionadas a políticas de crédito insuficientes, de subsídios e de comercialização para a pequena produção agropecuária e, de outro, dificuldades de relacionamento interpessoal entre os cooperados, referentes, segundo os autores, à “falta de formação cultural” para organizar o trabalho e a vida cotidiana com base nos princípios cooperativistas preconizados pelo MST.

Apesar da evidente importância da que a organização de cooperativas e associações, entre outras formas organizativas para viabilização dos assentamentos de reforma agrária, percebe-se a grande dificuldade que as experiências de assentamentos coletivos tiveram/têm para prosperar. Observa-se com isso, como alude Thompson (1987), que contradições são inerentes ao movimento social, pois este é permeado por avanços e recuos, gerados não apenas pelas condições objetivas, materiais, mas também pelas condições subjetivas, pelas possibilidades históricas já construídas pelos trabalhadores, pelas suas tradições em um contexto mobilizado politicamente pelo discurso da luta de classes.

Ao longo da história do MST é possível perceber e analisar que as suas ações acontecem e são produzidas em um emaranhado de relações sociais contraditórias. Pois são relações constituídas em um contexto em que predominam relações conflituosas de produção e dificuldades de viabilização socioeconômica, mas, ao mesmo tempo, defende e busca implementar novas alternativas de organização social e produtiva, num movimento dinâmico, sendo possível a partir disso compreender e perceber as contradições sociais inerentes ao seu processo de constituição (VENDRAMINI, 2007).

Contextualizando o Assentamento Carlos Marighela

O Assentamento Agroecológico Carlos Marighela foi formado no ano de 2001 durante a implementação da política de assentamentos do governo do estado do Rio Grande do Sul, – gestão 1998-2002⁶. O Assentamento se localiza na cidade de Santa Maria - RS, a cerca de 12 km do centro urbano. No período de pesquisa, estavam assentadas aproximadamente 15 famílias em sistema de produção e organização coletiva, com uma área total de 298 hectares. Uma característica fundamental era o uso de práticas agroecológicas em todas as atividades produtivas, no período anterior a desagregação, com destaque para a produção de hortifrutigranjeiros e leite (GRAC, 2007).

Nesse assentamento as atividades produtivas eram fortemente realizadas dentro de uma concepção “alternativa”, tendo nos princípios da agroecologia e nas orientações coletivistas do MST seus fundamentos organizativos. Nesta direção, os trabalhos empreendidos nas atividades agrícolas (como a lavoura de arroz e hortas) e na pecuária (com a produção de leite e galinhas poedeiras) eram estruturados de forma coletiva, sendo as atividades cotidianas do assentamento realizadas por meio de rodízio de tarefas entre os assentados. A organização espacial das moradias era concebida em modelo de agrovila, no qual a construção das casas era baseada em alguns princípios da permacultura, e as principais refeições ocorriam em um refeitório coletivo, localizado no centro da agrovila.

Como meio de escoamento da produção e geração de renda, os assentados encarregados das tarefas de comercialização participavam aos sábados da feira de produtos coloniais no Terminal de

⁶ A eleição da Frente Popular ao governo do RS ou como também ficou conhecido “governo Olívio Dutra” possuía, segundo Da Ros (2006), um perfil político e ideológico nitidamente oposicionista ao Governo Federal na época (FHC – PSDB), apresentando uma forte sintonia com as reivindicações dos movimentos sociais e sindicais do campo. Isso ficou expresso em um programa agrícola e agrário que tinha por meta o fortalecimento da agricultura familiar e o assentamento de 10 mil famílias de agricultores sem-terra. Tal sintonia resultou na ocupação de cargos estratégicos do governo por integrantes desses movimentos, ou por pessoas a eles vinculadas, especialmente na Secretaria da Agricultura e Abastecimento e no Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo (GRAC) que fazia parte dessa secretaria.

Comercialização do Projeto Esperança/Coesperança⁷, bem como em espaços esporádicos organizados por este mesmo projeto no município de Santa Maria. Outra forma adotada para viabilização econômica do coletivo era a manutenção de um ponto de venda de produtos no próprio assentamento, bem como o comércio do arroz junto a comerciantes da cidade.

Vale a pena destacar que eram constantes as visitas de estudantes e pesquisadores de diversas universidades, até mesmo de outros países como Argentina, Uruguai, Paraguai e Canadá, devido ao relativo sucesso que o assentamento experimentava, por estar desenvolvendo um modelo de produção agroecológica e organização social coletivizada⁸.

No entanto, mesmo com o relativo sucesso que o assentamento conseguiu, a partir de 2006 houve diversos tensionamentos, conflitos pessoais e desentendimentos entre os assentados, referentes aos impasses gerados pela conjuntura política e econômica externa ao assentamento, ou a questões relativas à organização coletiva. Como consequência deste processo, os assentados optaram por mudar a estrutura organizativa do assentamento, passando a adotar um sistema de produção e organização social por lotes individuais, ou seja, por núcleo familiar.

Assim, para os principais assessores e dirigentes do MST (CALDART, 2001; CARVALHO, 1999; GÖERGEN; STÉDILE, 1991), o desenvolvimento de formas de cooperação agrícola nos assentamentos dependeria de condições objetivas (aspectos relacionados à qualidade da terra, mercado, maquinários) e subjetivas (grau de consciência, nível cultural, conhecimento técnico em relação à agricultura, à mecanização e a métodos administrativos) presentes na comunidade. Os autores citados, assim como diversos documentos oficiais do MST, argumentam que a experiência do processo de organização nos assentamentos seria

⁷ Projeto fundado em 1987, pela Diocese de Santa Maria-RS, que fomenta e estimula, até hoje, o associativismo, a economia solidária e a agroecologia na agricultura familiar na região centro do RS.

⁸ Cabe ressaltar que durante os anos de 2005 e 2006, o autor deste artigo acompanhou a trajetória desse assentamento, tanto com a participação em eventos e mobilizações comunitárias em comum, como em atividades de extensão universitária na UFSM.

fruto tanto do amadurecimento político das direções do MST, quanto da própria experiência de cada grupo de famílias assentadas.

Nesse sentido, quando houve a liberação da área para a ocupação das famílias junto ao assentamento Carlos Marighela, a direção do MST selecionou indivíduos que já haviam realizado cursos de formação política ou que estavam desempenhando alguma tarefa política de direção no âmbito do acampamento, maioria com participação em ações coletivas. A expectativa era formar uma coletividade de “consciência elevada”, que entendesse a necessidade da organização social coletiva e que pudesse desenvolver um assentamento modelo no estado. A agroecologia e a coletivização seriam, assim, princípios orientadores do assentamento com um público beneficiário composto, supostamente, por sujeitos surge a seguinte questão: Quais teriam sido os principais motivos para a desagregação desse assentamento coletivo?

Alguns traços marcantes em relação à desagregação coletiva do Assentamento Carlos Marighela

Em conversas e visitas aos assentados, eram corriqueiras as demonstrações de um sentimento de desmotivação e descrédito em relação à viabilização das atividades coletivas no assentamento. Alguns dos principais fatores alegados para explicar este “desânimo” eram relativos às dificuldades do coletivo em: saldar dívidas referentes a financiamentos obtidos para compra de equipamentos e construção de benfeitorias; baixa rentabilidade financeira por família; pouca mão de obra para realização de atividades cotidianas de organização, trabalho na produção agropecuária e construção de instalações; exposição “negativa” do assentamento nos meios de comunicação do município e divergências na forma como eram administradas, em especial, as finanças coletivas do assentamento.

Dentre esses aspectos, no campo social no qual o MST constitui e faz parte são vividas relações antagônicas, concorrentes e complementares. Portanto, além da certeza em relação às contradições e possíveis “des-caminhos” do MST, é preciso analisá-lo pelo menos considerando as incertezas do contexto político e conflituoso no qual ele se situa. Com isso,

o entendimento acerca das controvérsias políticas são socialmente construídas em um movimento social, inclusive em relação aos seus modelos de produção e organização social, perpassando pela diversidade cultural, político-ideológica e conflitos do seu meio.

Nesse sentido, Oliveira (1994), analisando as propostas das cooperativas agrícolas, vê dificuldades para os assentados. Aponta que a especialização produtiva e do trabalho que estaria implícita nesta proposta, inclusive nas CPAs, poderia significar a entrada nas conturbações monetárias da estrutura bancária (créditos, Pronaf e empréstimos) para adquirir tecnologias e instrumentos a fim de viabilizar a produção e a comercialização de seus produtos.

O modelo cooperativista e de coletivização social no MST bem como a afirmação dos princípios organizativos de produção e trabalho coletivo entram em evidente crise⁹, em especial a partir dos anos 1990. As contradições sociais inerentes à implantação das cooperativas, o sistema de trabalho coletivo e o acirramento da oposição com o Estado provocaram um elevado grau de desgaste e descrédito do modelo adotado (BORGES, 2007).

Ainda segundo Borges (2007), diante dessa conjuntura política é importante considerar que o Estado brasileiro teve participação ativa nessa crise, como agente financiador do sistema de produção realizado nos assentamentos. As políticas governamentais de crédito foram estruturantes na implantação das cooperativas almejadas pelo MST. Ainda conforme o autor, o modelo de organização do trabalho coletivo inerente à proposta cooperativa também encontrou resistência e gerou crises junto às famílias acampadas e assentadas em relação aos seus costumes e tradições (ser dono de pedaço de terra e se “governar”).

Sob esse aspecto, era observado que os assentados questionavam cada vez com mais veemência a forma de organização efetivada no assentamento, devido à declarada insatisfação de algumas famílias com a baixa renda familiar, ou seja, com a divisão da renda referente às vendas dos produtos excedentes da produção coletiva entre os núcleos familiares assentados. Isso ficava mais evidente entre os assentados

⁹ Essa crise foi evidenciada inclusive pelo próprio MST e por estudos acadêmicos realizados por integrantes vinculados à direção do movimento, como na dissertação de mestrado de Martins (2003).

quando comentavam que tinham parentes vivendo em outros assentamentos onde a produção era organizada em lotes com trabalho familiar, e que esses viviam em melhores condições, ou seja, quitando dívidas, adquirindo bens de consumo, e que “realmente ganhavam o dinheiro merecido por seu trabalho”.

Nessa perspectiva de racionalidade e interpretação da realidade, o assentado fica refém da vida imediata à qual corresponde a consciência sensível, cuja expressão empírica disso é o senso comum (BERTERO, 2007). Cabe considerar frente a essa avaliação que em um país com um contexto rural hegemônico, em certa medida, por um sistema de produção agroexportador com base nos princípios do agronegócio, a pequena produção do agricultor também está subjugada ao capital, de uma forma ou outra, pois as relações de produção estabelecidas não são exteriores ao capital e a estrutura social, no qual o pequeno produtor também está inserido.

Sob esse aspecto, Scariot (2003) assinala que a trajetória social dos trabalhadores rurais, anterior ao assentamento, seria marcada por um valor/cultura gerado no âmbito da unidade familiar de produção, calcada na propriedade privada da terra e nas decisões tomadas familiarmente, o que implicaria sérias dificuldades de adaptação às organizações coletivas, como aquelas pensadas pela direção do MST. Portanto, para Souza (2000), desenvolver a cooperação agrícola nos assentamentos rurais se constitui um desafio, pois historicamente os trabalhadores rurais estiveram subordinados à forma de trabalho decidida, *a priori*, pelo patrão ou pela família agricultora, no tocante ao que e como produzir/comercializar. Então, torna-se compreensível os assentados almejarem, no momento imediato da conquista da terra, poder de decisão e sucesso econômico nos moldes capitalistas, mesmo que isso seja contraditório com os princípios políticos e ideológicos do MST.

Percebe-se aqui também uma dificuldade, por parte desses assentados, de compreender que tais resultados não tão “lucrativos” tinham relação direta com o estado de erosão do solo (sua baixa fertilidade e elevado nível de desestruturação física pelo excesso de areia) e com as dificuldades enfrentadas em qualquer processo de transição agroecológica e de implantação de um assentamento. Pois além de

serem espaços com intensas relações sociais e de vida, os assentamentos rurais igualmente devem ser considerados como espaços que produzem e reproduzem relações de interação entre a sociedade e o ambiente. Dessa forma as relações sociais nos assentamentos ocorrem em interação com os ecossistemas, mesmo que artificializados por meio das suas produções agropecuárias e infraestrutura. Portanto, a relação estabelecida entre a comunidade desse assentamento e o ecossistema local interferiu de maneira determinante na produção social das relações de renda, trabalho, sobrevivência e modo de vida dos assentados.

Essas questões expostas remetem fundamentalmente à ausência de mediadores técnicos e políticos¹⁰ que auxiliassem na compreensão e administração das dificuldades sociotécnicas inerentes ao processo de constituição dos assentamentos e respectivamente uma matriz produtiva, ainda por cima de base agroecológica e de organização coletiva. Esses mediadores aqui referidos seriam tanto as entidades governamentais (Emater e Incra, por exemplo), que deveriam atuar junto ao assentamento estudado, quanto a direção estadual do MST-RS (naquela época).

Outro obstáculo insurgente junto à coletividade do Assentamento Carlos Marighela era a falta de mão de obra para a realização e execução dos trabalhos coletivos de produção, onerando poucos trabalhadores com sobrecarga de serviços. Dessa forma, muitas tarefas ficavam pendentes e a produtividade agropecuária tinha resultados insuficientes em alguns meses para geração de renda e subsistência necessária das famílias. Diante disso, conflitos relativos à equivalência entre as diferentes tarefas surgiram no assentamento, o que se tentou superar a partir da rotatividade entre os setores.

Agravando ainda mais o quadro da falta de força de trabalho, conforme relatavam alguns membros da direção do assentamento, a proposta coletiva de organização e produção era pouco atrativa para os

¹⁰ Mediadores técnicos ou profissionais para Neves (2008) são agentes alocados para dar existência às representações delegadas, a administração e intervenção públicas. Seriam articuladores de fragmentos de significados produzidos em contextos diversos e diferenciados, escutando demandas, apoiando-as, legitimando-as ou condenando-as. Nesse caso esses mediadores estariam representados por agentes reconhecidamente influentes na realidade dos assentamentos: órgãos governamentais como Incra e Emater-RS; financiamentos públicos pelo Pronaf; cooperativas de técnicos não necessariamente ligados ao MST.

acampados do MST. Sendo assim, as poucas famílias que aceitavam vir a assentar-se no local tinham dificuldades de adaptação e a maioria solicitou mudança para outros assentamentos do estado. Também cabe relatar, nesse caso, que, até meados do ano de 2004, alguns dirigentes do MST que residiam no assentamento foram chamados/liberados para cumprir tarefas em outros municípios do RS e outros estados, colaborando de alguma forma na diminuição do número de famílias assentadas. Conforme Brenneisen (2004), a introdução da divisão do trabalho e especialização de funções (conversão para uma forma de organização do trabalho industrial) como fundamento da gestão coletiva dos assentamentos, buscando criar coesão entre os assentados, além das fortes resistências, gerou algumas vezes frustrações tanto para a base social do MST como para seus dirigentes.

Somado aos problemas acima descritos, o fato de o assentamento não estar com 25 famílias na época e, conseqüentemente, haver casas vazias na agrovila foi objeto de forte especulação por parte dos meios de comunicação municipais no período. O caso foi amplamente noticiado, causando desgaste da imagem do assentamento perante a opinião pública, bem como preocupação e abalo da autoestima dos assentados.

Integrando este conjunto de circunstâncias apresentadas, foram também observados comentários, reclamações e declarações em reuniões, acerca da possível falta de confiança do conjunto de assentados em alguns dirigentes do assentamento. Os assentados alegavam falta de transparência administrativa e financeira na cooperação estabelecida no assentamento. Mais tarde, devido a esse fator e uma série de conflitos pessoais entre alguns assentados e ex-integrantes da direção, ocorreu a saída de duas famílias da área comunitária interna da agrovila, que se instalaram em barracos em um pedaço de terra do próprio assentamento.

Segundo Carvalho, casos como o relatado acima, são muitas vezes gerados por falta de organização dos assentados nas atividades relacionadas às associações e/ou CPAs do MST, havendo poucos rodízios em suas tarefas administrativas, por criar-se uma crença de que supostamente as lideranças ali estabelecidas têm “mais” esclarecimento e conhecimento administrativo. A cadeia de problemas que advém com isso é enorme, pois pode ocasionar: ruptura da solidariedade interna;

fragmentação e debilidade das ações produtivas e da inserção nos mercados de produtos e serviços, inclusive de crédito; assimetria de informação entre assentados; centralização das decisões administrativas e assim por diante (CARVALHO, 1999).

Esse conjunto de fatores de ordem externa ao assentamento, tensões, disputas e desentendimentos entre os assentados, chega ao ápice no ano de 2006, com a desagregação do sistema de produção coletiva da área comunitária do Assentamento Carlos Marighela, ocasionando a divisão dos lotes em unidades familiares e a opção pelo trabalho familiar-individual.

Analisando processos de desagregação semelhantes, Scariot (2003) e Zimmermann (1994) argumentam que a diversidade e a complexidade que acompanham as formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nos assentamentos são notórias e marcadas por conflitos. Crise de representatividade e falhas no papel da coordenação têm sido também apontadas como dificuldades e entraves na comunicação e na condução do processo decisório. Somadas, essas questões criam um contexto organizacional propício para a fragmentação dos projetos de organização dos assentados em CPAs e/ou formas comunitárias e coletivas (SCOPINHO ; MARTINS, 2003).

Nesse caminho, Scariot (2003, p. 71) aponta que “os assentamentos seguem sua trajetória histórica marcada pelas constantes inovações e redirecionamento nas estratégias de organização da produção, o que torna os espaços dinâmicos e ricos em possibilidades.” A partir disso é possível analisar que cada grupo social, em função das condições objetivas que caracterizam sua posição na estrutura social, constitui um sistema específico de disposições, conforme Bourdieu (1997), para algum tipo de ação. O acúmulo histórico de experiências, de êxitos e de fracassos no MST e no caso desse assentamento consolida um conhecimento prático (não plenamente consciente) relativo àquilo que é possível ou não de ser alcançado dentro da realidade social concreta no qual o movimento age. Com isso, determinada posição de um movimento social bem como suas estratégias de ação política junto à sociedade seriam mais seguras e possíveis e outras seriam menos viáveis, tanto por parte da direção política do MST, como pela sua base social.

Portanto, a desagregação aqui retratada, não significou a inviabilidade do assentamento em questão, apenas relata e problematiza acontecimentos comuns a muitos assentamentos com organização social e produção coletiva, apontando as especificidades inerentes ao caso. Cabe ressaltar que o acontecimento dessa crise, na história desse assentamento, aponta para a constituição de um possível rearranjo das formas de produção e organização socioculturais, políticas e econômicas das famílias que ali optaram em permanecer e que ali poderão viver.

Considerações finais

Após a análise acima, pode-se afirmar que a desagregação da gestão coletiva no assentamento Carlos Marighela foi influenciada fortemente pelas decepções com os resultados econômicos gerados, os quais fragilizaram a organização social coletiva local. Dessa maneira, o modelo cooperativista e de coletivização social no MST, a partir da crise ocorrida durante os anos 1990, em consonância com um conjunto de fatores de ordem externa (conjuntura política e econômica) e interna (sociabilidades e vivências das famílias) ao assentamento, já analisados neste artigo, predispôs em grande medida a desagregação do sistema coletivo nesse caso.

Esse assentamento, denominado politicamente como modelo pelo MST, na época foi constituído de pessoas que tinham grande afinidade pessoal e clareza do projeto em que estavam envolvidas. Mesmo assim, a situação objetiva vivenciada no assentamento em relação aos aspectos materiais e aos aspectos subjetivos ligados à trajetória de cada indivíduo solapou o ideal coletivista. Poder-se-ia dizer que as vontades, desejos, expectativas e valores cultivados se entrecruzam ou até se sobrepõem aos interesses comuns que constituem a identidade política forjada pelo MST, por exemplo, na luta pela terra.

A desagregação da organização coletiva no Assentamento Carlos Marighela não significa o fracasso de uma experiência inovadora que pretendia efetivar a gestão coletiva e a aplicação dos princípios da agroecologia como eixos balizadores de um novo modelo de assentamento que se contrapusesse ao modelo de agricultura

capitalista. Significa, apenas, que não houve condições políticas objetivas capazes de administrar os desafios impostos à gestão coletiva. Acredita-se que esse processo constituiu-se em uma experiência marcante não só para os assentados que o vivenciaram, mas para o MST, pois essa experiência teve reflexo em sua direção política, já que depositavam nesse assentamento organizado coletivamente, bem como, muita expectativa tanto por parte dos mediadores sociais, especialmente, quanto os serviços de ATER.

Quanto ao MST, se por um lado lhe é atribuída a responsabilidade pelo processo de desagregação aqui analisado, pois a direção do movimento defendia a gestão coletiva como forma ideal e necessária para viabilizar os assentamentos, por outro lado é necessário reconhecer que, apesar do resultado aparentemente não exitoso dessa experiência de organização social e produtiva, o MST tem sido vitorioso no sentido de fornecer esperança, dignidade e possibilidade de acesso a bens básicos para uma sobrevivência digna (moradia, infraestrutura básica, educação, saúde, segurança e lazer) aos participantes da luta pela terra. A partir dessas considerações, fica claro que o MST ao longo dos seus 25 anos, como tantos outros movimentos em escala mundial, também passa por esses processos de transformação, ampliação e reconversão de suas formas de organização social e sistemas de produção.

Destaco que de forma alguma foi buscado encerrar uma total compreensão e exercício teórico acerca da categoria mobilizada nesse trabalho ou a respeito da temática da ecologia política, abordando esse caso. Pois esse artigo além de ser um exercício descritivo de um caso específico, apesar de ser uma questão comum a muitos assentamentos, trata-se de mais uma revisão bibliográfica em relação a toda vasta abrangência teórica que envolve essa temática, com enfoque nos movimentos sociais de luta pela terra no Brasil com uma base social composta por agricultores.

Referências

BECKER, H.S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. Trad.: Marco Estevão, Renato Aguiar. 4o ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

- BERTERO, J.F. Uma crítica à Sociologia Rural de José de Souza Martins. *Lutas Sociais* (PUCSP), v. 17/18, p. 99-112, 2007.
- BRENNEISEN, E. O MST e os assentamentos rurais no Oeste do Paraná: encontros e desencontros na luta pela terra. *Estudos Sociedade e Agricultura*, vol.12 n.1, p.128-163, 2004.
- BORGES, J.L.. *A transição do MST para a agroecologia*. 2007. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.
- BORRAS, S. M. *La Via Campesina: um movimiento en movimiento*. Amsterdam: Transnational Institute/Fundación de Investigaciones Marxistas, 2004.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *Les usages sociaux de la science*. Pour une sociologie clinique du champ scientifique. Paris: Editions INRA, 1997.
- CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, v.15, n. 43, 2001.
- CARVALHO, H. M. *A interação social e as possibilidades de coesão e de identidades sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil*. Curitiba: MEFP/NEAD/IICA, fevereiro/1999, mimeo. 63 p.
- _____. *Desafios para o agroecologista: como portador de uma nova matriz tecnológica para o campesinato*. Curitiba, 2007 (Digitado).
- COSTA NETO, C.; CANAVESI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil? In: ALIMONDA, H.(Org.). *Ecologia política: natureza, sociedad y utopia*. México: Clacso, 2002.
- DA ROS, C.A.. *As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)*. 2006. Tese. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.
- DEMO, P. *Metodologia em Ciências Sociais*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- FAO/INCRA (1998). *Principais Fatores que Afetam o Desenvolvimento dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil*. Coordenadores: Gilson Alceu Bitencourt et alii. Agosto/1998.
- FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

FERRANTE, V.L.B. Diretrizes Políticas dos Mediadores: Reflexões de Pesquisas. In: MEDEIROS, L. S. et al. (Org.). *Assentamentos Rurais: Uma visão Multidisciplinar*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1994.

GRAC – Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo-RS. Carlos Marighela. Disponível em: http://www.grac.rs.gov.br/principal.php?inc=ref_assent. Acessado em: 21/08/2007.

MARTINS, A.F G. *Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo: as comunidades de resistência e superação no MST*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

MELGAREJO, L. *Desempenho, eficiência multidimensional e previsão de possibilidade de sucesso em Assentamento de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Florianópolis, Florianópolis, 2000.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, n. 17, jun 1989.

MST. Caderno de formação n.º 11. Elementos sobre a teoria da organização no campo. São Paulo, 1986.

_____. Carta do 5º Congresso Nacional do MST. Carta Maior, 2007. Disponível em: <www.cartamaior.com.br>. Acessado em: 18/06/2007.

NEVES, D, P. *Mediação social e mediadores políticos*. Desenvolvimento social e mediadores políticos. Editora da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul. Coleção Estudos Rurais, 2008.

OLIVEIRA, A. U. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: *Encontro Nacional de Geografia Agrária*, 12.º, [19--], Águas de São Pedro, SP. Mesas Redondas. Rio Claro: IGCE, 1994.

PICCIN, M.B; PICOLOTTO, E.L. A luta e o processo de gestação de novos conhecimentos: agricultores sem-terra e agroecologia. In: *Anais XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*, Recife, SBS. 2007.

SCARIOT, A. *Identidade, coesão e desagregação social na trajetória da Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata – COOPTAR*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2003.

SCHWENDLER, S.F. *Da utopia do acampamento à recriação social no Assentamento*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, RS, 1995.

SCOPINHO, R. A.; MARTINS, A. F. G. Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de produção agropecuária: reflexão sobre o método. *Psicologia & Sociedade*, v.15, n.2, p.124-143, jul./dez.2003.

SOUZA, M. A. Formas cooperativas de produção em assentamentos rurais do MST (movimento dos trabalhadores rurais sem terra): dimensões educativas. *Revista online Bibliografia Prof. Joel Martins*, v.1, n.2, fev.2000.

STÉDILE, J.P; GOERGEN, S. *Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária*. Petrópolis, SP: Vozes, 1991.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. III A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VENDRAMINI, C. R. Pesquisa e movimentos sociais. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1395-1409, set./dez. 2007.

VERAS, M.M. *Agroecologia em assentamentos do MST no Rio Grande do Sul: entre as virtudes do discurso e os desafios da prática*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

ZIMMERMANN, N. C. Os Desafios da Organização Interna de um Assentamento Rural. In: Medeiros, L *et al* (Org.). *Assentamentos Rurais: Uma visão Multidisciplinar*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1994.

Artigo recebido para publicação em:

03 de maio de 2009.

Artigo aceito para publicação em:

23 de junho de 2009.

Como citar este artigo:

BARCELLOS, Sérgio Botton. Desagregação da organização social e produtiva do assentamento Carlos Marighela-RS: um estudo de caso. **Revista IDEAS - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 74-93, jan./jun. 2009.